

Educação Ambiental e Direitos Humanos na Formação Inicial de Professores de Ciências Biológicas

Environmental Education and Human Rights in the Initial Formation of Biological Sciences Teachers

Natália Tavares Rios-Ramiarina

GECEC (PUC-Rio); CAp-UFRJ

nrrios@gmail.com

Resumo

Este trabalho é resultado da pesquisa de doutorado em Educação pela PUC-Rio. São apresentados os resultados referentes à concepção, inserção e articulação das temáticas nas Licenciaturas da UNIRIO, UERJ e UFRJ. Metodologia utilizada foi triangulação de dados: análise do Projeto Político Pedagógico dos Cursos; Entrevistas com professores e coordenadores e questionário com os alunos. A temática da EA está incluída nos cursos, prevalecendo uma abordagem conservacionista aliada à incorporação de aspectos sociais, econômicos e políticos, focalizando as ações individuais. A temática do DDHH não é entendida de forma consensual como incluída nas licenciaturas. Prevalece um entendimento ligado à dimensão relacional e individual, ao respeito e não-discriminação, sendo pontuais entendimentos relativos à dimensão estrutural de violação de DDHH. As reflexões buscam contribuir para discussões sobre a função social do professor de Ciências e Biologia na Educação Básica.

Palavras chave: Educação ambiental, direitos humanos, formação de professores.

Abstract

This work is a result of the doctoral research in Education by PUC-Rio entitled "Environmental Education and Human Rights in the initial formation of teachers of Biological Sciences". The results related to the conception, insertion and articulation of the themes in the UNIRIO, UERJ and UFRJ Undergraduate degrees are presented. Methodology used was triangulation of data: analysis of the Political Project Pedagogical of the Courses; Interviews with teachers and coordinators and questionnaire with students. The theme of EA is included in the courses, prevailing a conservationist approach. The theme of human rights is not seen consensually as included in the degrees. Prevails an understanding linked to the relational and individual dimension, with specific understandings regarding the structural dimension of human rights violations. The reflections seek to contribute to discussions about the social function of the teacher of Science and Biology in Basic Education.

Key words: Environmental education, human rights, Teacher Education.

Apresentação:

São muitos os desafios que se colocam para a educação em Direitos humanos (DDHH) e para educação ambiental (EA) na sociedade atual, sendo a formação de professores um campo estratégico de reflexão. Buscou-se a partir das afinidades teórico-metodológicas entre a vertente crítica da educação ambiental e o discurso contra-hegemônico dos DDHH, estabelecidas através de categorias da justiça ambiental, analisar como estas temáticas vem sendo abordadas na formação inicial de professores. Assim, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar como as Licenciaturas em Ciências Biológicas das Universidades públicas da Cidade do Rio de Janeiro (UNIRIO, UERJ e UFRJ) têm abordado as temáticas da Educação ambiental e dos Direitos Humanos. Para tal, optou-se pela triangulação de dados composta pela análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, entrevistas com professores e coordenadores e questionário com alunos concluintes. Buscou-se desta maneira caracterizar as concepções que informam os documentos institucionais e os objetivos dos cursos em relação às temáticas, o entendimento dos professores e coordenadores sobre a EA e DDHH, identificando aspectos conservadores e hegemônicos e/ou aspectos críticos e contra-hegemônicos em seus discursos. O questionário com alunos concluintes compôs a análise sobre como estes alunos vêem tais temáticas em sua formação e quais suas expectativas de futura atuação docente sobre elas.

Os estudos sobre Educação em Direitos Humanos indicaram que, de forma semelhante ao que ocorre com campo da educação ambiental, o campo dos direitos humanos também está marcado pela prevalência de um senso comum individualista e comportamentalista, acrescido de um viés meritocrático, como demonstra pesquisa de opinião pública realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o PNUD-Brasil (BRASIL, 2008). O documento intitulado “Percepção sobre os direitos humanos no Brasil”, desenvolvido em 2008, teve como referência pessoas de diferentes idades, sexo e classe social. Este trabalho mostrou que o conceito de direitos está associado principalmente a direitos sociais (saúde, educação, emprego) e civis (ir e vir, segurança, liberdade de expressão) e, secundariamente, a direitos políticos, evidenciando lacuna na cultura política cidadã. Além disso, tem-se a percepção de que direitos sociais e civis são desrespeitados (e em menor escala os direitos políticos) e que o apoio familiar e o esforço pessoal são os fatores mais relevantes para a garantia dos direitos de cidadania, antes mesmo que as políticas de governo.

A busca pela superação desta visão individualista e meritocrática dominante na opinião pública aproxima-se aos objetivos propostos para a construção de uma prática escolar em educação ambiental crítica, sugerindo a possibilidade de articulação destas discussões. Isto porque estas abordagens deslocam o foco do indivíduo para a estrutura social que produz violação de direitos humanos e degradação ambiental de forma associada ao seu modo de produção e modelo de desenvolvimento. Tratam por outro lado, essencialmente de um amadurecimento político dos cidadãos que reivindicam então uma participação mais ativa nos processos decisórios de políticas para meio ambiente e para outras questões de justiça, buscando a construção de uma democracia plena. Para a construção desta cultura, a escola tem papel essencial e, por tanto, ressalta-se a necessidade de instituir a discussão deste tema de forma sistemática nas práticas escolares.

Pensar sobre participação política, democracia e cultura parece ainda mais pertinente, e até urgente, depois das manifestações iniciadas em junho de 2013 que mobilizaram milhões de pessoas em diferentes cidades do país. Braga (2016) afirma em sua análise que estas manifestações tiveram maior participação de trabalhadores jovens brasileiros, de escolaridade alta e renda baixa. O autor reconhece três elementos mobilizadores destes movimentos: a

existência de uma mídia conservadora que fomentava iniciativas de golpe; a expectativa crescente por serviços públicos gerada pela redução da concentração de renda e ainda um choque entre uma “nova cultura política democrática” com um sistema político engessado e avesso a participação popular potencializada pelas mídias sociais. Por óbvio, as tensões e conflitos políticos atuais são resultado do complexo de forças e grupos de poder que estruturam o sistema social, político e econômico e, sendo assim, alterar tal configuração estrutural transcende às possibilidades de ação da escola. Porém, no que se refere ao reconhecimento de movimentos sociais e de seus direitos, na problematização de lógicas de desenvolvimento, de sustentabilidade e justiça como possibilidades de mudança cultural na disputa de sentidos ainda está presente o papel da escola.

Tanto assim, que o papel da escola não é negligenciado nem por intelectuais contra-hegemônicos, nem por intelectuais hegemônicos. O peso da nova geografia econômica para pensar o uso dos recursos naturais é reconhecido pelas lutas na América Latina, e para compreensão destes mapas geoestratégicos das regiões são incluídos os movimentos sociais, recursos naturais disponíveis, rodovias, hidrelétricas, as bases militares nacionais e estrangeiras, as zonas de incentivo fiscal e a localização e perfil das instituições de ensino (LEHER, 2015). Também vem sendo estudado o investimento de grandes grupos empresariais em projetos de EA escolares que promovem a conformação com o discurso hegemônico e a lógica e sociabilidade do empresariado (LAMOSA, 2013).

A construção de uma nova cultura e a disputa de hegemonia de sentidos, nos espaços escolares, está intimamente ligada com a formação de professores. Pois a construção na escola de uma nova cultura sobre direitos e cidadania envolve não somente questões curriculares, mas a forma como os professores lidam com tais temas. Assim, para avançar na construção de uma democracia plena nos ambientes escolares é importante verificar como temas essenciais para esta cultura, a exemplo da educação ambiental e dos direitos humanos, são contemplados na formação inicial de professores e como isso se reflete em suas concepções sobre a prática escolar. A este propósito se dedicou o presente trabalho.

Metodologia:

Como metodologia para identificar e caracterizar a forma como os direitos humanos e a educação ambiental têm sido tratados na formação inicial de professores de Ciências e Biologia e o entendimento dos professores, coordenadores e alunos formados sobre estes temas, foi estruturada a seguinte estratégia metodológica: (i) Análise de documentos: currículos, ementas e Planos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas; (ii) Entrevistas com coordenadores dos cursos de licenciatura e com professores que ofereçam disciplinas relacionadas às temáticas investigadas; (iii) Questionário com alunos que estavam nos últimos períodos da graduação. Os três instrumentos compuseram então uma triangulação de dados, a fim de confrontar e complementar os dados produzidos em cada etapa. A análise dos documentos tem o propósito de destacar as concepções e objetivos institucionais no que se refere às temáticas. A etapa das entrevistas com os coordenadores indicou aspectos mais gerais do curso, bem como nomes de professores que se destacavam nestas discussões. Em seguida, as entrevistas com professores revelaram aspectos relevantes do planejamento e intencionalidade de suas práticas. Finalmente, o questionário com os alunos destacou elementos relativos aquilo que se efetivou, como estes alunos perceberam sua formação em relação às temáticas e como as visualizam em suas práticas futuras.

Atualmente a cidade do Rio de Janeiro conta com 29 cursos presenciais de Licenciatura em Ciências Biológicas em atividade. Como recorte desta pesquisa optou-se, pela tradição e

importância destas instituições na formação de professores no cenário nacional, pela UERJ, UFRJ e UNIRIO, as instituições públicas da cidade do Rio de Janeiro. Com este recorte, foram incluídos no estudo seis cursos de Licenciatura presenciais: Licenciatura em Ciências Naturais (Noturno) – UNIRIO; Licenciatura em Biologia (Noturno) – UNIRIO; Licenciatura em Ciências Biológicas (Diurno) – UNIRIO; Licenciatura em Ciências Biológicas (Diurno) – UFRJ; Licenciatura em Ciências Biológicas (Noturno) – UFRJ; Licenciatura em Ciências Biológicas (Diurno) Campus Maracanã – UERJ.

Os documentos de Projeto Político-Pedagógico dos Cursos se enquadram na categoria descrita por Sarmento (2003) como *textos projectivos de ação*. Tal categoria caracteriza-se por constituir-se em orientações prévias a ações, revelando então um conjunto de intencionalidades assumidas oficialmente. Além disso, a análise destes documentos se mostrou interessante para os propósitos da pesquisa por trazer um registro daquilo que tem sido pensado por aqueles que assumiram a sua construção, revelando as pautas elegidas como relevantes para o curso de licenciatura, bem como o lugar dado a estas temáticas nos objetivos da formação de professores. Os PPC, em conjunto com o Currículo dos Cursos, foram lidos e analisados previamente à entrevista com os coordenadores. Na etapa da leitura e análise destes documentos, buscou-se identificar trechos que trouxessem elementos ligados às temáticas analisadas.

As entrevistas, semi-estruturadas (DUARTE, 2004), foram realizadas com professores das disciplinas identificadas como interessantes para pesquisa na leitura das ementas disponíveis, além de professores/disciplinas indicados pelos coordenadores dos cursos de licenciatura e com os próprios coordenadores. As entrevistas buscaram aprofundar a análise de como são tratados estes temas nas disciplinas investigadas e esclarecer suas concepções teóricas, seus objetivos e outras dúvidas que surjam na leitura de suas ementas e planos de curso. Sendo assim, sempre que possível a entrevista foi realizada após a leitura da ementa e dos planos de curso, com a finalidade de incluir questões específicas retiradas da leitura destes documentos. Foram entrevistados 5 coordenadores e 23 professores.

A última etapa foi a aplicação de questionários com alunos que estivessem perto de concluir a graduação e que por tanto, já tivessem cursado parte das disciplinas pesquisadas nas etapas anteriores. Esperava-se caracterizar como os alunos entendem estas temáticas, como enxergam as possibilidades e pertinência da inserção em suas aulas como professores de Ciências e Biologia, compondo um contraponto aos dados obtidos nas etapas anteriores. Foram respondidos e analisados 49 questionários.

Resultados e Discussões:

Os dados indicam que co-existem na formação inicial, diferentes concepções e objetivos para EA, alguns mais afinados com perspectivas conservacionistas e tecnológicas, outros que focalizam a estrutura social degradante do meio ambiente. As práticas e abordagens em EA se voltavam para a instrumentalização e gestão de EA com metodologias de projetos, escolares ou não escolares.

Para Trein e Cavalari (2013 *apud* AGUDO, MAIA & TEIXEIRA, 2015), mesmo reconhecendo a possibilidade de que as práticas em EA tenham características próprias, é necessário definir explicitamente seus referenciais teórico-metodológicos e articular de forma mais intensa as discussões da EA com os referenciais da educação, para fortalecê-la enquanto campo de conhecimento. A triangulação dos dados produzida indicou que a inserção da temática da EA ocorre, porém sem uma discussão institucionalizada de suas concepções pedagógicas, tendo como sintoma uma fragmentação das discussões das diferentes áreas. Os

PPC dos cursos analisados, em sua maioria, trazem o termo EA. No entanto, estão ausentes explicitações da abordagem teórico-metodológica que se pretende tratar, não havendo assim, uma orientação coletiva, institucional para a formação de professores em EA. A fala dos coordenadores confirma o apontamento dos documentos. O questionário com os alunos nos indicou que a maioria destes alunos identifica disciplinas que abordaram EA em sua formação inicial, sentindo-se preparados e tendo a intenção de trabalhar estes temas na sua atuação como professores de Ciências e Biologia. Esta inserção, dadas as disciplinas e assuntos citados pelos alunos como aqueles tratados na licenciatura, confirmam o caráter predominantemente ligado a concepções conservacionistas e pragmáticas de EA apontado nas entrevistas.

Por outro lado, de forma geral nos depoimentos analisados, há uma tentativa de ampliação e complexificação discursiva do entendimento de EA. Esta tentativa se dá na elucidação de esferas de participação política, econômica e da cultura. Nestas aproximações, os professores associam discursivamente tais abordagens a um entendimento crítico de EA, ora por destacarem aspectos econômicos, sociais e políticos envolvidos na crise ambiental, ora por destacar uma reflexão crítica do indivíduo sobre si mesmo, revelando um alargamento uso do termo “crítico”. Ampliar a análise da questão ambiental e abarcar esta complexidade na abordagem das disciplinas que trabalham a EA não parece algo simples ou trivial e diversos professores se reconhecem com dificuldades ou despreparados para realizar tal discussão. Para Layrargues (2012 *apud* CARDOSO-COSTA & LIMA, 2015) a tendência crítica da EA, apesar do avanço na última década, ainda se mantém quase que exclusivamente nos espaços universitários de pós-graduação. As aproximações à tendência crítica ainda assim, mantêm predominantemente um caráter conservador por focalizar o indivíduo, em suas dimensões éticas, políticas e cidadãs, entendendo-o como o motor principal de mudanças da crise ambiental, ofuscando as determinações estruturais e de relações de poder que limitam as esferas de atuação do indivíduo, que estruturam a crise societária atual. As associações e citações de temas ligados à EA pelos alunos confirmam a predominância de abordagens focalizadas no aspecto biológico e a dificuldade de incorporar estas discussões às práticas escolares.

É importante destacar que alguns discursos que focalizam a esfera individual, a centralidade do mercado e a dicotomia homem-natureza, essencializando o comportamento humano, são abordagens já bastante problematizadas pelo campo da EA, e a persistência deste discurso entre os formadores de professores sugere a necessidade de haver uma reflexão mais coletiva do tema, amadurecendo o seu tratamento na formação inicial destas instituições.

Com relação à temática dos DDHH, os dados sugerem, em conjunto, que a formação inicial promove a discussão como pano de fundo para diversas discussões, sobretudo para discussões relativas a respeito, a não-discriminação e a ética. Estas dimensões são relevantes para a construção de uma relação entre o ensino de Ciências e Biologia e a construção de cidadania, bem como uma formação humanista sobre o conhecimento científico (VILANOVA, 2013; OLIVEIRA & QUEIROZ, 2013). Por outro lado, aspectos relativos à problematização das relações de poder desiguais na constituição da narrativa hegemônica dos DDHH (SANTOS, 2013) foram tratados de maneira secundária nas falas dos professores e associados de forma menos freqüente pelos alunos das licenciaturas.

A discussão sobre a validade histórica dos DDHH e sua universalidade foi citada de maneira pontual pelo conjunto de formadores de professores, havendo uma predominância de falas que se referenciam nas declarações e legislações como consensuais. As declarações têm importância histórica e simbólica e registram o processo de luta por reconhecimento de diferentes grupos sociais. Entendê-las num contexto histórico conflituoso, contraditório e não-linear permite enxergá-las inseridas numa sociedade desigual, onde a validade destes referenciais não é igual para todos e que, em diversos momentos, apesar deles, são

legitimadas ações políticas de violações de direitos ou de degradação ambiental. Esta contradição na esfera concreta é discursivamente desconstruída nas ilusões sobre os DDHH que Santos (2013) explicita. No que se refere mais especificamente ao contexto ambiental e do ensino de Ciências e Biologia, se destacam as ilusões que envolvem a problematização do conhecimento científico como uma produção humana e articulada com aspectos políticos, econômicos e sociais; a ideia de sub-humanidade inerente ao projeto de desenvolvimento capitalista que pressupõe e legitima em alguma medida a degradação da dignidade de parte da população (população de sacrifício) como ônus inevitável de algumas “etapas” do crescimento econômico; e a dicotomização da relação homem-natureza, afastando a existência do homem do restante da natureza e reduzindo discursivamente sua centralidade na sobrevivência da humanidade, em favor de uma lógica estritamente tecnicista. Também os referenciais teóricos da justiça ambiental auxiliam a pensar o atrelamento dos direitos humanos aos direitos de preservação do ambiente, problematizando também a supremacia de narrativas centradas em direitos individuais (de propriedade e liberdade muito pautada no consumo) em detrimento de direitos coletivos relativo ao uso de bens e serviços naturais. Sendo assim, esta categoria indica uma apropriação da discussão dos DDHH fragilizada, que reproduz em alguns aspectos o senso-comum, sugerindo a necessidade de se pensar esta inserção, uma vez que professores e alunos reconhecem sua importância.

A articulação das temáticas por parte dos professores e alunos ocorreu de diferentes formas. De maneira predominante, uma acepção mais relacional favoreceu a dimensão individual, destacando aspectos comportamentais de respeito entre homens e para com a natureza. Esta abordagem compôs a formação humana a qual se referiram os professores, no entanto, não contemplou a dimensão política desta formação docente. A formação política aparece de maneira secundária, quando foi destacada a dimensão do conflito envolvido no uso dos recursos naturais, explicitando assim, aspectos políticos, econômicos e sociais da questão ambiental. E, neste sentido, apontou aspectos limitantes do tratamento individual da EA. Nestas duas abordagens da articulação os temas foram percebidos de maneira complementar, seja na dimensão individual, fomentando a formação humana, seja na dimensão estrutural, fomentando a formação política. Apenas de forma pontual, a articulação entre os temas foi vista como contraditória quando a preservação ambiental e a garantia de direitos humanos, sobretudo, quando entendidos como direitos individuais, foram vistos como incompatíveis.

Os dados apontaram em conjunto para o aumento da demanda por tratar de assuntos relacionados à cidadania e às questões sociais na universidade e nas escolas, e é através destas demandas que a formação inicial se aproxima das discussões de EA e DDHH. Estas novas demandas são trazidas predominantemente pelos alunos universitários que, vindo de diversas realidades, trazem estas questões para a universidade. Também a escola propicia em seu cotidiano a explicitação de conflitos sociais, fomentando ainda mais questionamentos ao currículo escolar e também ao da formação de professores (ARROYO, 2007). Tais aspectos foram centralmente apontados pelos professores como mobilizadores desta inserção na universidade. Outra potencialidade apontada pelos docentes foi as atividades de projetos de extensão, atividades especiais extra-curriculares e atividades organizadas pelos próprios discentes que funcionam como áreas mais flexíveis e que se atendem mais rapidamente as demandas sociais. Esta potencialidade, por outro lado, pode fragilizar a inclusão de temáticas que estejam contempladas exclusivamente nestes espaços, dada a inconstância e limitações numéricas destas atividades.

Considerações Finais:

O presente trabalho buscou apresentar de forma breve e resumida os resultados produzidos no

contexto da referida pesquisa de doutorado, destacando suas principais conclusões, metodologia e referenciais teóricos utilizados. Destaca-se que, além dos determinantes estruturais concretos, há um componente simbólico de construção de cultura onde a escola e, de maneira vinculada, a formação de professores se localizam como lócus estratégico de luta por uma sociedade mais equilibrada e justa. Afinal, não é sem propósito, que as escolas e também as universidades vêm sendo alvo de projetos de políticas públicas que visam orientar e limitar o debate político por parte de alunos e professores.

Neste sentido, não se entende que apenas a mudança de cultura ou o reconhecimento discursivo de pautas dos grupos sociais por parte de grupos dominantes conduza a uma mudança estrutural e consistente das relações desiguais de poder. Uma vez que se reconhece o antagonismo implícito nos diferentes projetos de sociedade que estes setores representam, o “consenso discursivo” não tem poder de alterar estruturas sociais de produção e distribuição de bens e recursos. Mas indica-se a potencialidade da dimensão educativa no que se refere à desconstrução de discursos e culturas que, baseadas numa objetividade e neutralidade cientificista, invisibilizam a lógica de grupos sociais, deslegitimando suas lutas ou ainda relativizando seus direitos.

Desta forma, o diálogo entre os referenciais teóricos escolhidos indicam a possibilidade da formação de professores contribuir para a construção de uma cultura de democracia plena e justiça, fomentando a formação política dos futuros professores de Ciências e Biologia. Tais referenciais teóricos inspiram especificamente o tema da formação de professores das disciplinas de Ciências e Biologia em dois aspectos principais. Primeiro, por ressaltarem a relevância da discussão da relação homem e natureza, problematizando o uso exclusivo de referenciais economicistas e cientificistas. O segundo se refere à elucidação da ciência como conhecimento produzido socialmente e de suas dimensões política, social e econômica que pode resultar desde posturas progressistas e democráticas a posturas conservadoras e excludentes.

Neste horizonte, as referências da educação popular, da ecologia de saberes e do ecologismo dos pobres iluminam reflexões sobre posturas antidemocráticas e opressivas naturalizadas em nosso cotidiano. Tais posturas, ao desvalorizarem outros conhecimentos e formas de ser e viver, deslegitimam por um lado a luta de grupos sociais oprimidos de diversas formas, seja por relações de classe, de etnia ou de gênero, compondo as populações de sacrifício, e por outro fortalecem a racionalidade técnico-econômica que orienta e legitima políticas públicas promotoras da degradação ambiental e violadoras dos direitos humanos em nome do desenvolvimento econômico. Desta maneira, estando o termo presente em orientações e diretrizes educativas e sendo ele objeto de intensa disputa simbólica em torno de seu significado político e ético, sobretudo no momento atual de acirramento dos posicionamentos políticos, é essencial que a formação de professores contemple a temática. A fim de que os professores formados para atuar na educação básica não reproduzam o entendimento do senso comum sobre os direitos humanos e acabem por contribuir para uma cultura de relativização da humanidade e da barbárie. Neste contexto, a escola e a formação de professores se localizam estrategicamente no campo da disputa simbólica que compõe a construção da cultura e a transformação social.

Ausentar-se do debate ou subestimar a presença destes termos nas discussões sobre o ensino de Ciências e Biologia, sobre escola e o papel do professor é permitir que se consagre o senso comum, o entendimento dominante destas questões, forjando consensos que são caros ao processo de fortalecimento da educação pública. Historicamente, as universidades públicas são reconhecidas como referência na formação docente, em seu papel de questionar, de gerar oposição e resistência a medidas redutoras da dimensão política e intelectual do fazer docente (LEHER, 2015). Nem tudo cabe à universidade. Nem tudo cabe à escola. Mas seu peso

político não é desprezível, nem tem sido desprezado pelos que desejam reduzi-lo.

Agradecimentos e apoios

Agradecimentos ao apoio da PUC-Rio. À UFRJ, especialmente ao Colégio de Aplicação, bem como a todos professores e alunos participantes da pesquisa.

Referências

AGUDO, M.M.; MAIA, J.S.S; TEIXEIRA, L.A. A formação do professor educador ambiental crítico: o papel dos conteúdos em seu processo formativo. **VIII EPEA - Encontro Pesquisas em Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, Julho de 2015.

ARROYO, M.G. Educandos e Educadores : seus Direitos e o Currículo IN: Miguel G. Arroyo [Gonzáles Arroyo, Miguel] **Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o currículo** / [Miguel Gonzáles Arroyo]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 52 p. (17-52)

BRAGA, Ruy. **Cenedic: uma sociologia à altura de Junho**. Blog da Boitempo, 2012. Disponível em: <http://blogdaboitmpo.com.br/category/colunas/ruybraga/>. Acesso em janeiro de 2016.

BRASIL. **Percepção sobre os Direitos Humanos no Brasil**. Venturini, G.; Recamán, M. - Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. 50p. Brasília, 2008.

CARDOSO-COSTA, G; LIMA, M.J.G.S. Educação Ambiental na escola: uma análise das concepções e práticas presentes em relatos de experiência dos Encontros Regionais de Ensino de Biologia RJ/ES. **VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, Julho de 2015.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n.24, p.213-225, 2004. Editora UFPR.

LAMOSAS, R.A.C; LOUREIRO, C.F.B. O programa agronegócio na escola: um estudo sobre a entrada do empresariado na escola pública. **36ª Reunião Nacional da ANPEd**. Goiânia-GO, setembro de 2013.

LEHER, R. Educação ambiental como crítica ao desenvolvimento sustentável: desafios dos movimentos e das lutas sociais. IN: LOUREIRO, C.F.B. & LAMOSAS, R.A.C. (orgs.) **Educação Ambiental no Contexto escolar: um balanço crítico da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: CNPq, 2015.

OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, G. R. P. C. **Olhares sobre a (in)diferença: formar-se professor de Ciência a partir de uma perspectiva de Educação em Direitos Humanos**. São Paulo. Editora Livraria da Física, 2015.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. IN: LOUREIRO, C.F.B; LAMOSAS, R.A.C. (orgs.) **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da Década da Educação para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Quartet: CNPq, 2015

SACAVINO, S. B. **Democracia e educação em direitos humanos na América Latina**. Petrópolis, RJ : DP et Aalii: De Petrus ; Rio de Janeiro : NOVAMERICA, 2009. 292p.

SANTOS, B.S. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. IN: SANTOS, B.S. & CHAÚÍ, M. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento.** – São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, In: SANTOS, B.S.; MENEZES, M.P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**, São Paulo: Cortez, 2010.

VILANOVA, R. Discursos da cidadania e educação em ciências nos livros didáticos. **Revista Ensaio** | Belo Horizonte | v.15 | n. 02 | p. 141-154 | maio-ago | 2013 p.141-154